

DESCONGELA JÁ!

Projeto que restitui os 583 dias na contagem do tempo do funcionalismo entra na pauta da Câmara

Como sabemos, em 2020, durante a pandemia de Covid-19, o então presidente Bolsonaro aproveitou para colocar uma granada no bolso do funcionalismo público ao aprovar a LC 173/2020. Essa lei, dentre outras coisas, estabeleceu o congelamento da contagem do tempo para efeitos de quinquênio e sexta parte de todo o funcionalismo público, bem como proibiu, na época, reajustes de salários e benefícios. Ao todo, foram desconsiderados 583 dias de todos os funcionários públicos, cerca de um ano e meio que não são contabilizados na contagem de tempo para os quinquênios e sexta parte.

Em 2022, após muita luta, foi aprovada uma nova lei, a LC 191/22, que restituíu a contagem desse tempo para os servidores das áreas da saúde e da segurança pública. A partir disso, o conjunto do funcionalismo seguiu reivindicando a restituição dessa contagem para todos. Vários sindicatos ingressaram com ações judiciais, inclusive o Sintusp, que ingressou com ação coletiva. No entanto, o STF votou a questão e considerou o conjunto da LC 173 constitucional, passando a julgar improcedente a reivindicação das ações dos sindicatos quanto a esse tema.

Com a impossibilidade de buscar uma via judicial para o tema, a tentativa passou a ser através da aprovação de um Projeto de Lei no Congresso que altere a LC 173 e restabeleça essa contagem de tempo. Foram apresentados cerca de 30 projetos com esse conteúdo, por diferentes deputados de diversos partidos. O PLP 143/20, ao qual foram apensados todos os outros, já foi aprovado pelas comissões da Câmara desde o ano passado e, até agora, não era incluído na pauta. Finalmente, após certa pressão, o presidente da Câmara incluiu o projeto na pauta da sessão que ocorrerá nesta semana. Então, há perspectiva real de que finalmente o projeto seja votado.

Diante desse quadro, o ideal seria construirmos uma forte mobilização de todo o funcionalismo para forçar a aprovação do projeto. No entanto, neste momento, as grandes centrais sindicais e entidades do funcionalismo não se articularam para isso. Dessa forma, dado o curto tempo, precisamos ao menos fazer algum tipo de pressão sobre os deputados individualmente. No site da Câmara dos Deputados é possível visualizar os contatos de todos os deputados, para enviarmos massivamente mensagens por e-mail, bem como através das redes sociais: www.camara.leg.br/deputados/quem-sao

TRUMP, TIRE AS MÃOS DO BRASIL E DA AMÉRICA-LATINA!

Contra o imperialismo e para arrancar os direitos da nossa classe, com a taxação das grandes fortunas, o fim da jornada 6x1 e pela revogação das reformas e do arcabouço fiscal é preciso que as grandes centrais sindicais construam uma mobilização independente do governo, do Judiciário e a partir dos locais de trabalho para que a classe trabalhadora possa arrancar as suas demandas



A ofensiva imperialista dos EUA, com Trump à frente, representa uma ameaça direta à soberania dos povos latino-americanos e aos direitos da classe trabalhadora. Essa ingerência atende aos interesses dos grandes capitalistas globais, enquanto aqui seguimos enfrentando ataques aos nossos direitos e condições de vida.

Por que é urgente combater o imperialismo?

Defesa da soberania nacional: O imperialismo pressiona o Brasil para garantir lucros aos grandes monopólios e impor políticas que aprofundam a exploração dos trabalhadores.
Ameaça aos direitos sociais: Tarifas, sanções e ingerências externas servem para favorecer elites locais aliadas ao capital estrangeiro, atacando conquistas históricas da nossa classe.

Como nossa categoria, junto a classe trabalhadora pode responder?

Só a mobilização independente, organizada a partir dos locais de trabalho e sem subordinação ao governo, ao Judiciário ou a qualquer setor patronal, pode garantir conquistas reais para a nossa classe. As grandes centrais sindicais precisam romper com a passividade e construir um plano nacional de lutas, com assembleias de base e unidade na ação.

Nossa luta precisa impor:

- Taxação das grandes fortunas: Os super ricos devem pagar pela crise! É preciso exigir uma taxação progressiva das grandes fortunas e patrimônios, revertendo recursos para saúde, educação e serviços públicos.
- Fim da jornada 6x1: Lutar pelo fim da escala 6x1, pela redução da jornada sem redução de salários, combatendo a precarização e garantindo condições dignas para todos os trabalhadores.
- Revogação das reformas trabalhistas e da previdência e do arcabouço fiscal: Exigir a revogação imediata das reformas trabalhista e previdenciária, bem como do arcabouço fiscal, que cortam da saúde e da educação em nome do pagamento da dívida pública que enche o bolso dos banqueiros.

Construir a Luta

As grandes centrais sindicais têm o poder de colocar a classe trabalhadora em movimento. Para isso, precisam construir uma mobilização independente do governo, do Judiciário e dos patrões que organize cada fábrica, cada escola, cada local de trabalho, unificando todas as categoria em torno de um programa de luta que enfrente o imperialismo, a exploração dos super ricos e as políticas de ajuste fiscal.

UNIR A CLASSE CONTRA O ATAQUE IMPERIALISTA DE TRUMP

A chantagem do governo dos EUA à soberania dos povos, em particular do Brasil, deve ser rechaçada pela nossa classe de forma combativa e à altura do ataque desferido pelo governo Trump.

O bolsonarismo lacaio, traidor e fascista, através de Eduardo Bolsonaro, foi aos Estados Unidos pedir ao Trump que os produtos brasileiros exportados para os EUA fossem absurdamente sobretaxados até que o Brasil anistie Jair Bolsonaro e sua corja, permitindo sua candidatura às eleições de 2026.

A concretização desta ameaça atingirá principalmente a classe trabalhadora, com a queda em massa dos seus empregos na cidade e no campo.

Mantendo a nossa independência de classe com relação ao governo e patrões, devemos defender a unificação do movimento sindical e popular, pressionando as centrais sindicais e os movimentos populares da cidade e do campo a convocarem a classe para ir às ruas, embaixadas e consulados dos EUA protestar contundentemente contra esta ingerência e ataque à nossa soberania.

Estas manifestações conjuntas devem exigir o fim das tarifas e que o governo Lula enfrente o governo Trump sem conciliação. Prisão de Jair Bolsonaro e toda sua quadrilha de golpistas. Cassação do mandato de deputado de Eduardo Bolsonaro e sua punição por traição.

ABAIXO O IMPERIALISMO! TODOS ÀS RUAS.

Magno de Carvalho – Ex-diretor do SINTUSP e membro da SEN, Secretaria Executiva Nacional da CSP-Conlutas

PREOCUPAÇÃO COM A SAÚDE MENTAL DOS(AS) TRABALHADORES(AS) É UMA OBRIGAÇÃO DO EMPREGADOR

Em nota, o Departamento de Direito do Trabalho e da Seguridade Social da Faculdade de Direito da USP, apresentou uma reflexão fundamental sobre a responsabilidade institucional com a saúde mental de docentes, discentes e servidores da universidade. O texto destaca que a preocupação com o bem-estar psíquico não pode ser tratada como um tema externo à universidade, mas sim como uma obrigação concreta, amparada por normas jurídicas e pela própria jurisprudência trabalhista. A nota também reivindica a elaboração de um plano de ação efetivo para prevenir riscos e promover a saúde mental no ambiente universitário.

Leia na íntegra em: www.sintusp.org.br/2025/07/11/nota-do-departamento-de-direito-do-trabalho-e-da-seguridade-social-da-faculdade-de-direito-da-usp/

REINTEGRAÇÃO DO BRANDÃO E RETIRADA DOS PROCESSOS

Sede Fernando Legaspe (Fernandão) Av. Prof. Almeida Prado, 1362, Cidade Universitária, Butantã, São Paulo-SP,
CEP:05508-070 - Tel: 3091 4380/4381 - 3814-5789- email: sintusp@sintusp.org.br – site: www.sintusp.org.br